



HOLOS

ISSN: 1518-1634

holos@ifrn.edu.br

Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Rio Grande do Norte
Brasil

Sarmiento Henrique, Ana Lúcia
O PARADIGMA DO SILÊNCIO OU A RACIONALIZAÇÃO COMO ABSOLUTO
HOLOS, vol. 3, diciembre, 2005, pp. 57-65
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Natal, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=481549267006>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

O PARADIGMA DO SILÊNCIO OU A RACIONALIZAÇÃO COMO ABSOLUTO

Ana Lúcia Sarmiento Henrique

Professora do CEFET-RN. analucia@cefetrn.br

Recebido em outubro de 2005 e aceito em dezembro de 2005

RESUMO

O artigo procura refletir sobre a hegemonia da razão técnico-científica, baseada no raciocínio lógico-matemático, e suas conseqüências para a construção do edifício gnoseológico que levamos a cabo nos últimos quatrocentos anos. Reflete, ao mesmo tempo, sobre a legitimidade e a necessidade, para o desenvolvimento humano, da racionalidade técnico-científica e da razão poética como formas complementares de conhecer e organizar o real. A metodologia utilizada é crítico-reflexiva, envolvendo obras de pesquisadores como Bárcena (2001), Bárcena e Mèlich (2000), Mèlich (1994, 1998) Certeau (2001), Eisner (1992), Morin (1981, 1984 e 2001), Vilela (1998); de críticos literários como Birkerts (1994); e de escritores como Saramago (1998). Nas considerações finais, explicamos que a hegemonia da racionalidade técnico-científica marginalizou outras formas de conhecimento, cindindo o real de forma dicotômica e defendemos uma forma mais plural e polissêmica de apreensão da realidade que integre o pensamento lógico-matemático e o pensar poético.

Palavras-chave: razão, racionalidade, racionalização, pensamento lógico-matemático, razão técnico-científica, pensamento poético.

RESÚMEN

El artículo hace una reflexión sobre la hegemonía de la razón técnico-científica, radicada en el raciocinio lógico-matemático, y las consecuencias para la construcción del edificio gnoseológico que llevamos a cabo desde hace cuatrocientos años. A la vez, intenta argumentar sobre la necesidad y legitimidad, de un lado, del saber científico, y de otro, del saber que nos proporciona el pensamiento poético como formas complementarias de comprender y organizar el real. La metodología utilizada es crítico-reflexiva, involucrando en una conversación obras de investigadores como Bárcena (2001), Bárcena y Mèlich (2000), Mèlich (1994, 1998), Certeau (2001), Eisner (1992), Morin (1981, 1984 e 2001), Vilela (1998); de críticos literarios como Birkerts (1994); y de escritores como Saramago (1998). En las consideraciones finales, explicamos que la hegemonia de la racionalidad técnico-científica marginou otras formas de conocimiento, cindindo lo real de manera dicotômica, y defendemos una forma más plural y polissêmica de aprehensión de la realidad que integre el pensamiento lógico-matemático y el pensar poético.

Palabras clave: razón, racionalidad, racionalización, pensamiento lógico-matemático, razón técnico-científica, pensamiento poético.

O PARADIGMA DO SILÊNCIO OU A RACIONALIZAÇÃO COMO ABSOLUTO

"A exclusão funda a ordem."
(VILELA)

1. INTRODUÇÃO

Morin (1981) escreveu que o pensamento mutilante destrói todos os setores do conhecimento e da ação, além de convidar à liquidação do que ignora, despreza ou não compreende. Dessa forma, apenas o real racional tem direito à existência. É exatamente sobre essa forma maniqueísta de construir o conhecimento que procuramos discutir nesse artigo. Mais especificamente, refletimos sobre a hegemonia do racionalismo que prioriza a razão e sua forma patológica, a racionalização, que gerou uma forma de perceber e conhecer a realidade, de estudá-la e compreendê-la. Na verdade, gerou um paradigma gnoseológico fundado, não somente na razão, mas principalmente na racionalização, que prioriza a razão técnica, a razão instrumental e a razão discursiva. Tal postura tem regido todos os estudos considerados científicos.

Gostaria de enfatizar que o que estamos questionando não é o uso da razão como forma de conhecimento do real, mas o poder absoluto que lhe foi conferido e, especialmente, a hegemonia da racionalização para organizar o conhecimento e pautar comportamentos. Platão expulsa o poeta da *República* porque este dirige ao mundo uma mirada distinta e, portanto, constrói seu conhecimento de uma forma que não se inscreve em parâmetros totalitários e profundamente excludentes. No seu livro *A Caverna*, Saramago retoma essa dicotomia: os que não aceitam as regras do Centro são marginalizados e excluídos do organismo, são exilados. Tanto n'A *República* como n'A *Caverna* ocorre o silenciamento do que não se *inscreve* (escrever do lado de dentro) na ordem estabelecida, e o que não se inscreve na ordem estabelecida não existe ou não merece a pena existir, é puro silêncio, ou, como disse Vilela (1998), a exclusão funda a ordem.

2. RAZÃO E RACIONALIZAÇÃO

O racionalismo prioriza a razão como fonte do conhecimento, e seu modelo está pautado segundo a ordem da natureza: o que rege o cosmos, feito à semelhança de Deus, rege também todos os demais aspectos da vida humana, ou seja, a sociedade é tão racionalmente ordenada como o é a própria natureza¹. Essa concepção é a que fundamenta o paradigma clássico da racionalidade científica, que tem sua origem em Newton e René Descartes².

Essa postura frente ao conhecimento da realidade guiou tão fortemente os estudos científicos que tudo o que não se conformava a ela não era considerado científico. Isso quer dizer que o paradigma epistemológico que regiu (e ainda rege!) a produção do

¹ Para aprofundar essa idéia, o livro de Stephen Toulmin (2001), *Cosmópolis*, é particularmente elucidativo.

² As quatro máximas de Descartes seguem orientando o trabalho científico. O filósofo francês resume assim seu procedimento: "Primeiro, não admitir como verdadeira coisa alguma, se não souber com evidência o que realmente é. Segundo, dividir cada uma das dificuldades em quantas partes for possível e em quantas for requerido para sua melhor solução. Terceiro, conduzir ordenadamente os pensamentos, começando pelos objetos mais simples e mais fáceis de conhecer, para ir ascendendo pouco a pouco. E, por último, fazer recontagens tão integrais e revisões tão gerais que chegue a estar seguro de não omitir nada" (DESCARTES, 1984, p. 49).

conhecimento, reconhecidamente científico, se funda na razão matemática. Em consequência, na modernidade, a única forma permitida de expressão legítima da razão é a racionalidade científica, radicada na lógica matemática, "uma racionalidade sem sensibilidade, um homem sem corpo: um ideal de depuração perfectiva" (VILELA, 1998, p.13) que esquece o homem contingente, quer dizer, busca a Verdade para o Homem abstrato e esquece as verdades dos homens contingentes.

Essa postura, sem dúvida, permitiu grandes avanços científicos na modernidade, no entanto, simplifica o que é complexo, reduz a um o que é plural. Não se pode dizer que, na contemporaneidade, tal influência tenha deixado de existir. As discussões entre as ciências naturais e sociais e seus métodos de pesquisa estão sempre pautadas pela visão clara e distinta cartesiana, pela busca de regras fixas organizativas, pela mensuração, pela dualidade epistemológica, pelo pensamento dicotômico, fundado na diferença.

Os estudos lingüísticos são um bom exemplo do que estamos afirmando. Ainda que Saussure, em 1917, faça menção, no seu *Curso de Lingüística Geral à langue e à parole* e afirme a legitimidade de se estudar ambas, na verdade tanto ele como seus seguidores deixaram à margem a complexidade da fala. Wittgenstein, no seu *Tractatus*, busca uma linguagem logicamente perfeita, estruturada segundo uma gramática lógica, o que se aproximaria a uma linguagem ideal. Outro exemplo é a busca dos universais lingüísticos por Chomsky.

Até por volta dos anos 60, o texto escrito era o foco dos estudos lingüísticos. Em consequência, sua estrutura era (e, de certa forma, segue sendo) considerada a estrutura legítima da expressão verbal, o que gera certa marginalização no tocante ao texto oral. Em 1964, Bernstein, nos apresenta seu trabalho sobre o código elaborado e o código restrito, baseado numa dicotomia. Ainda se pode acrescentar a essa pequena lista os estudos etnometodológicos de Hymes, em 1972, cuja tentativa de estudar o evento comunicativo o levou a dividi-lo em oito componentes (situação, participantes, finalidades, seqüência de atos, chave, instrumentos, normas e gênero) que é, nem mais nem menos, que a reprodução da segunda regra de Descartes: dividir cada uma das dificuldades em quantas partes seja possível e em quantas for requerido para sua melhor solução. Em finais dos anos 70 e princípios dos anos 80, Ochs (1979), Chafe (1979, 1982 e 1985) e Tannen (1982 e 1985) apresentaram estudos sobre a linguagem oral que obrigaram os lingüistas a dirigirem suas miradas para este outro objeto de estudo. Não obstante, estas primeiras pesquisas buscam diferenciar a linguagem escrita da oralidade, tomando como ponto de referência a língua escrita, de forma que os fenômenos existentes na fala, constitutivos de sua estrutura devido a aspectos pragmáticos, contextuais e culturais eram sempre tomados como negativos. Por isso, foram batizados como *muletas*, *repetições*, *lapsos*, *correções*, *autocorreções*, *heterocorreções*, palavras que intrinsecamente apresentam uma carga negativa. Em resumo, o legítimo é a estrutura escrita e pensar a linguagem parte dessa suposição, portanto, o que não está conforme a essa estrutura contém equívocos e erros. Tal postura está, como explicitamos, claramente plasmada pela nomenclatura atribuída aos fenômenos estudados³.

³ Mais recentemente os analistas da conversação procuram fugir dessa influência maniqueísta e, em vez de tratar oralidade e a escrita como pólos antagônicos, as percebem como formas legítimas e não intercambiáveis de uso da língua (BIBER, 1988, MARCUSCHI, 1992, 1994, 1995 y 1995b), que se atualizam em gêneros textuais adequados a situações comunicativas.

Nessa retrospectiva, rápida e um tanto superficial, percebemos que todo o trajeto das pesquisas mostra uma busca de regularidades no uso da linguagem, regularidade que garantiria à lingüística o “status” de ciência, inscrita nos moldes epistemológicos aceitos. Especialmente, o que buscamos com esses exemplos é revelar a forte influência do racionalismo e da racionalização no campo da lingüística, a ponto de se buscar uma lógica matemática para os fenômenos lingüísticos.

As palavras de Vilela resumem, de maneira magistral, a concepção de racionalidade e de ciência a que nos referimos. Afirmo a autora portuguesa que

"adotando uma visão paradigmática única, o pensamento ocidental delineou sua interpretação do real sob um modelo totalitário de racionalidade silenciador de possibilidades de existência de sentidos em aberto. Isso devido a uma concepção perversa da razão - a racionalização - para onde se remete indistintamente o perímetro significativo da razão e da racionalidade." (VILELA, 1998, p.29).

Em linhas gerais, o paradigma clássico que rege a construção da inteligibilidade do real se funda na verificação racional; a cientificidade é sinônima de racionalidade científica, de busca de relações estáveis e perenes, de dedução de regras universais; existe uma polaridade entre sujeito cognoscente e objeto cognoscível, entre o homem e a natureza. Desse modo, a forma de pensar se ancora na diferença, funda-se em um determinismo histórico ou genético. Nas palavras de Vilela, a modernidade representa "uma subordinação de toda possibilidade de conhecimento a uma configuração epistemológica totalitária e a uma expressão técnico-científica da racionalidade" (VILELA, 1998, p. 137) que desemboca na patologia da racionalização, o que significa que essa era a forma considerada legítima de expressão da razão, apesar de ser apenas uma das formas possíveis de configuração. Assim, tudo o que não esteja configurado sob a racionalidade não possui legitimidade, já que se opõe à própria razão. A escolha é maniqueia: racionalidade técnico-científica ou irracionalidade. E voltamos, então, à epígrafe deste artigo: a exclusão funda a ordem.

Uma ordem que, ao reduzir a racionalidade à racionalização e sobrepôr os critérios de cientificidade ao de racionalidade, trouxe como consequência a crença na racionalidade técnico-científica como única forma gnoseológica possível a partir da qual se construiu uma concepção de mundo, "um modelo que, glorificando a ciência e a técnica, converteu em ideologia de poder a aspiração do homem a uma forma homogênea de apreender o real" (VILELA, 1998, p.19).

É certo que, atualmente, se busca uma forma mais aberta para compreender o real, no entanto, todo edifício do conhecimento está ancorado no paradigma da modernidade, cujo motor principal é a racionalização, que se construiu disjuntiva, redutora e monológica, que excluiu (e exclui) outras formas de pensar o real, que origina mitos como os da razão discursiva, da razão tecnológica, da razão matemática e que acentua a necessidade de quantificação. Mitos que geram outros mitos, como nos revela Morin ao afirmar que, nas esferas científicas, impera um mito sobre a capacidade intelectual dos que fazem as ciências duras e dos que praticam as ciências humanas: "pretende que os que praticam as ciências exatas sejam superiores no domínio do rigor de pensamento, da racionalidade e da lógica aos representantes das ciências humanas e, claro, aos literatos" (MORIN, 1984, p. 24).

Esse pensar matemático, essa mania de quantificação, esse pensar a realidade como dados analisáveis, como parcelas do real, tem na narrativa *Todos os Nomes*, de Saramago, uma fonte exemplar de reflexão. A Conservadoria Geral do Registro Civil é nada mais nada menos que um imenso banco de dados de vivos e de mortos, um labirinto em cujos arquivos e estantes estão os expedientes em que aparecem datas de nascimento e morte, nomes dos pais, padrinhos, o padre que batizou, o nome do funcionário que fez os registros, quer dizer, todos os nomes. No entanto, por trás de cada nome há uma vida particular e uma morte particular. O indivíduo não é uma ficha cheia de dados, é um sujeito contingente. E é exatamente em busca desse sujeito único que sai o protagonista José ao longo da narrativa do romancista português, José Saramago.

Claro está que a hegemonia da racionalização em que se baseia o paradigma clássico secciona o real: de um lado, o território técnico-científico (lugar da razão e da objetividade) e, de outro, o território estético (lugar da irracionalidade e do subjetivo). Essa polaridade é reveladora da concepção simplista que presidiu a construção do edifício gnoseológico que levamos a cabo nestes últimos quatrocentos anos⁴. De acordo com esta forma de organizar o real, o discurso científico, como expressão da Certeza e da Verdade, assume um “status” hegemônico relegando o discurso literário à marginalização.

3. A TECNOLOGIA COMO SISTEMA IDEOLÓGICO TOTALITÁRIO

Perguntando-se sobre que é a ciência, Morin explica que ela

"é [de um lado] uma das ramas do pensamento por seu modo de aplicação no campo empírico e sua maneira hipotético-verificadora de construir o real e, de outro, é a fonte da técnica mecânica organizadora, racionalizadora moderna, e em certo modo segrega a *infratextura* da sociedade [...] tende não só a determinar cada vez mais o sentido da humanidade, mas também a se confundir com o ser mesmo da humanidade" (MORIN, 1984, p.16-17).

Mèlich (1998) faz eco à segunda parte da afirmação de Morin quando afirma que a cultura moderna reduz toda forma de saber ao saber da ciência e, em consequência, restringe toda cultura a uma cultura científica, com isso, entroniza a razão instrumental ou tecnológica que passa a ser considerada a forma legítima de inteligibilidade do real. Tal postura é o totalitarismo da razão, que nega a pluralidade e, portanto, nega o direito de existência do outro.

Bárcena e Mèlich (2000), seguindo essa mesma linha de pensamento, argumentam que

"a modernidade ficou fascinada pela ciência e pela técnica, e as converteu em ponto de referência de todo conhecimento e de toda ação. A modernidade converteu a razão calculadora em um mito intocável e soberano, que não tolera nenhuma alteridade, nenhuma outra razão que não seja a que propõe a própria tecnologia" (BÁRCENA; MÈLICH, 2000, p. 194).

Especifiquemos melhor os termos técnica e tecnologia. A técnica é uma maneira de intervir no mundo, uma forma de transformá-lo. O homem é um ser cultural e, portanto, um ser técnico que, ao intervir no mundo, o modifica. Por isso, se admitimos que não há

⁴ Segundo Toulmin (2001), a modernidade começa a se desenhar em princípios do século XVII com a visão newtoniana da natureza e sua extrapolação para o campo social.

para o homem possibilidades extraculturais, há de reconhecer-se que ele depende – como humano – da técnica. Trata-se, pois, de uma atividade humana. Já a tecnologia aparece no marco da cultura moderna: está ligada à modernidade e principalmente à pós-modernidade. Mais que atividade transformadora, é uma concepção de mundo, uma linguagem que, ademais, impõe um modelo de racionalidade: a razão instrumental. A tecnologia impõe uma lógica específica, e funda uma ordem discursiva em que a palavra poética é silenciada, exilada como voz dissonante, discordante e maléfica, porque está carregada de subjetividade.

Enquanto concepção de mundo, a tecnologia nos impõe uma forma de compreender o mundo, de lê-lo e de escrevê-lo. Disso advém, de uma parte, uma crise de linguagem que exalta a denotação como expressão da realidade e esquece a conotação e a palavra poética como possibilidades de construção dessa mesma realidade; e, de outra parte, uma crise de leitura, porque esta razão tecnológica não permite a leitura da linguagem poética. Conseguimos ler os manuais e seu discurso denotativo, mas a experiência com o poético não existe ou é insuficiente para criar a necessidade de leitura do discurso poético. Isto é, essa linguagem é estranha à cotidianidade, é considerada supérflua, subjetiva e marginal ao conhecimento e à ciência.

Estamos sob a supremacia e dominação da linguagem da técnica, ou seja, da lógica matemática. Em outras palavras, a técnica deixou de ser um meio para se transformar, não apenas no objetivo, mas principalmente passou a ser o ponto desde o qual se organiza o real. Nesse sentido, se dissociam as humanidades, a arte e a razão poética do desenvolvimento humano, como se fossem um apêndice, um adorno do saber científico. Privilegia-se a formação de uma mente matemática, capaz de utilizar a lógica racionalizante mas incapaz de compreender, aceitar e respeitar o que não se inscreva nessa lógica racionalizadora.

Para fundamentar esse raciocínio, exporemos primeiro as idéias de Eisner (1992) sobre a função das artes no desenvolvimento humano; em seguida, uma experiência vivenciada por Birkerts (1999), em um curso sobre leitura; e, por último, as reflexões de Certeau (2001) sobre a escrita.

Para Eisner (1992), o conceito equivocado sobre a função da arte é fruto da crença de que o saber é propriedade do âmbito científico, crença que limita a inteligência às formas abstratas de pensamento que ocorre em estreita dependência com o uso da lógica matemática. Não obstante, a capacidade intelectual é muitíssimo mais extensa e engloba a lógica racional e o sentido estético. Isso significa que tanto a racionalidade como a sensibilidade permitem expressar, descobrir, representar, refletir. Cada uma contribui com suas virtudes ao desenvolvimento humano e, por isso, não se trata de escolher entre uma ou outra, já que, na verdade, elas são complementares. Desenvolver a sensibilidade artística permite que se perceba o mundo de forma mais plural, o homem como humano, permite ver a gama de ocorrências da cotidianidade, permite descentrar a linguagem verbal como a forma mais lícita de expressão, e permite, finalmente, perceber que linguagem e pensamento não constituem uma unidade.

As idéias de Eisner nos conduzem a pensar a ciência como uma forma de conhecer o mundo que não exclui, mas principalmente, que complementa a forma de conhecer o mundo que nos oferece a arte. Por isso, deve-se pensar também na complementaridade existente entre o pensamento lógico-matemático e o pensamento poético e sua necessidade

para o desenvolvimento humano. Enquanto formas de inteligibilidade do real, ambas são radicalmente necessárias, são constitutivas de uma concepção mais plural e aberta de perceber o mundo. É o regresso do poeta à *República*.

O segundo argumento a que nos referimos vem de uma experiência vivenciada pelo crítico literário Sven Birkerts (1999) e confirma que uma consequência da supremacia da concepção racionalizadora é a impossibilidade de fruição do texto poético. Seu objetivo no curso de verão era estudar o conto americano - Poe, Hawthorne, James etc - no entanto, apesar do bom nível intelectual, seus estudantes não conseguiam compreender o texto poético. Depois de conversar longamente com eles, concluiu que por se formarem em uma sociedade que privilegia o técnico e o tecnológico, desenvolviam umas habilidades para a leitura da realidade e atrofiavam ou não desenvolviam outras. As habilidades desenvolvidas lhes permitiam ser bons alunos e atuar na sociedade satisfatoriamente, mas não lhes permitiam compreender e fruir os distintos e polissêmicos matizes de um texto poético. Deu-se conta, então, de que estava diante de um obstáculo conceitual: as crenças, os valores, as mudanças sociais,

"nossa repentina transição histórica a uma cultura eletrônica nos há jogado num âmbito de ignorância. Fomos despojados não só dos costumes e maneiras que nos eram conhecidos, mas também dos referentes morais e psicológicos que nos eram familiares"(BIRKERTS, 1999, p. 33).

Afirma o autor, que a sociedade está como está não por uma crise de leitura como formação, mas que, estando como está, gera a impossibilidade de fruição do texto poético.

Desde outra perspectiva, a da escrita, Certeau (2001) chega a uma conclusão semelhante. Afirma o pensador francês que escrever é uma prática de iniciação fundamental numa sociedade capitalista e conquistadora, porque o ato mesmo de escrever traz em seu cerne o modo capitalista de produção e a ânsia conquistadora do Ocidente. É prática capitalista porque o que se coloca na página é o sinal da passividade do sujeito, é um recebido cultural, enquanto o que sai é um produto, as marcas de seu poder de fabricar objetos, que vão atuar sobre a exterioridade. O escrito é, portanto, um *sentido-produto* cuja função é a apropriação, é a conquista da realidade.

De forma análoga, admitimos que a alfabetização informática também é um rito iniciático, porque junto com seu aprendizado se apreende um pensar lógico-matemático que subjaz ao funcionamento do *software*. Apreende-se, em última instância, o modo de ser de uma sociedade informática, que se transforma em um sistema de valores sob o qual se constrói uma realidade e, em consequência, ocorre uma transferência dessa forma de organizar o real para todo o restante. É a tecnologia como sistema ideológico totalitário.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A contemporaneidade é um momento de reorganização conceitual. Em outras palavras, a realidade tal como estava configurada desde o modelo cientificista clássico já não responde ao que se nos apresenta. As verdades estabelecidas já não são dogmas inquestionáveis, são elas mesmas objeto de *re-conhecimento*. A inteligibilidade do real exige um paradigma que aceite a irregularidade, a instabilidade, a interdependência entre os fatores que tecem a realidade. Um paradigma que aceite o real como dinâmico, multiforme e o pensar necessário para compreendê-lo forçosamente devem incorporar os

variados prismas que o constituem. Dessa forma, a prática de inteligibilidade do real deve ser plural fundada numa racionalidade aberta, em oposição à racionalidade monológica do paradigma clássico. Em vez de pensar nas diferenças, o que emerge é a complementaridade recíproca, o que obriga a ver o homem como um elemento da natureza, necessário, participe, responsável. Não é o senhor, feito à imagem e semelhança de um Deus, mas é parte dela, parte do entramado que a forma. E como parte que é, influi e sofre sua influência, constrói a sociedade e a cultura na qual vive e, ao mesmo tempo, é construído por ela. Portanto, essa nova forma de inteligibilidade permite "afrontar o entramado (o jogo infinito de inter-retroações), a solidariedade dos fenômenos entre si, a bruma, a incerteza, a contradição" (MORIN, 2001, p. 33).

Neste artigo, buscamos traçar um quadro que nos fizesse refletir sobre as consequências que a cisão do real em pólos antagônicos trouxe para a construção do conhecimento. Explicitamos que hegemonia da razão gerou o mito da racionalidade técnico-científica como forma essencial de construção do conhecimento e de apreensão do real. Esse paradigma técnico-científico, que funda o real por exclusão, constrói também uma forma de ler e de escrever esse real, uma concepção de mundo em que a palavra poética é um simples adorno. Tal postura marginalizou outras formas de conhecimento e cindiu o real de maneira dicotômica: de um lado a objetividade científica e de outro a subjetividade poética. Mostramos que o pensamento poético e a subjetividade são também formas legítimas de pensar e apreender o real. Defendemos não a ilegitimidade de conhecer-se o real através da racionalidade técnico-científica, mas a necessidade de conhecê-la de uma maneira mais polissêmica que integre o pensar lógico-matemático e o pensar poético, a racionalidade tecno-científica e a racionalidade poética. Portanto, devemos pensar que o pensamento lógico-matemático e o pensamento poético são complementares e necessários ao desenvolvimento humano enquanto formas de inteligibilidade do real, porque são constitutivas de uma concepção mais plural e aberta de perceber e compreender o mundo.

REFERÊNCIAS

BÁRCENA, Fernando. **El desencanto del humanismo moderno**. Conferência apresentada no CONGRESSO DE LEITURA, em Campinas, São Paulo, em julho de 2001, (inédito).

BÁRCENA, Fernando; MÈLICH, Joan-Carles. **La educación como acontecimiento ético**. Barcelona : Paidós, 2000.

BIRKERTS, Sven. **Elegía a Gutenberg** – El futuro de la lectura en la era electrónica. Madrid : Alianza Editorial, 1999.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: As artes do fazer. 6^a. ed. Petrópolis : Vozes, 2001.

EISNER, Elliot W. La incomprensida función de las artes en el desarrollo humano, en **Revista Española de Pedagogía**. N^o 191, enero-abril, 1992, pp.15-34.

MÈLICH, Joan-Carles. **Del extraño al cómplice**. La educación en la vida cotidiana. Barcelona : Anthropos, 1994.

_____. Joan-Carles. **Totalitarismo y fecundidad**. La filosofía frente a Auschwitz. Barcelona : Anthropos, 1998.

MORIN, Edgar. **As grandes questões do nosso tempo**, Lisboa : Editorial Notícias, 1981

_____, Edgar. **Ciencia con conciencia**. Barcelona : Anthropos, 1984.

_____, Edgar. **Introducción al pensamiento complejo**. Barcelona : Gedisa, 2001

VILELA, Eugenia. **Do corpo equívoco**. Reflexões sobre a verdade e a educação nas narrativas epistemológicas da modernidade. Braga - Coimbra : Ángelus Novus Editora, 1998.